



Lei Municipal nº258/2017, de 03 de Março de 2017

“Estabelece limite máximo para as Requisições de Pequeno Valor- RPV, no âmbito da fazenda pública municipal.”

O Prefeito Municipal de São Bento do Tocantins, Estado do Tocantins, usando de suas atribuições legais, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL APROVOU e ele SANCIONA e PROMULGA em redação final a seguinte Lei:

Art. 1º. Os débitos judiciais da Fazenda Pública Municipal serão pagos após o trânsito em julgado de sentença judicial, mediante requisição por precatório ou, quando for o caso, Requisição de Pequeno Valor – RPV, passando esta a constituir uma classe processual própria.

Art. 2º. É obrigatória a inclusão no orçamento do município de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente, salvo nos casos em que for requerido parcelamento.

Parágrafo único. No caso de requisição de pequeno valor, o prazo de pagamento é de até noventa dias, contados da regular apresentação à municipalidade.

Art. 3º. Considera-se de pequeno valor para os fins desta Lei, o crédito cujo montante atualizado e especificado por beneficiário seja igual ou inferior ao maior benefício do regime geral de previdência social vigente à época do respectivo pagamento ou requisição. *(com redação da Lei Municipal nº287/2017, de 31 de março de 2017).*

Parágrafo único. O valor disposto no caput do artigo atende a capacidade financeira e a disponibilidade orçamentária do Município, nos termos do § 4º do art. 100, da Constituição Federal.

Art. 4º. Os pagamentos de valores superiores aos limites previstos no artigo anterior deverão ser requisitados por intermédio de precatório.

Parágrafo primeiro. Tratando-se de litisconsórcio ativo, serão pagos sem a necessidade de se expedir precatório ao Presidente do Tribunal, os créditos cuja soma por litisconsorte, não exceda aos quantitativos previstos no art. 3º desta Lei.

Parágrafo Segundo. O credor de importância superior aos montantes previstos no art. 3º, poderá optar por receber seu crédito por meio de requisição de pequeno valor, desde que renuncie expressamente ao valor excedente.



Art. 5º. Nos precatórios e nas requisições deverão constar os seguintes dados:

- I – nome das partes beneficiárias e de seus procuradores;
- II – números do CPF ou CNPJ dos beneficiários, assim como endereço atualizado;
- III – número do processo de execução e data do ajuizamento do processo de conhecimento;
- IV – valor total da requisição;
- V – valor discriminado por beneficiário e respectiva parcela (principal, juros e outras), bem como a natureza do crédito (comum ou alimentar);
- VI – data de apuração dos valores da requisição para efeito de atualização monetária;
- VII – data do trânsito em julgado do acórdão no processo de conhecimento, bem como a do acórdão ou da decisão nos embargos, a execução ou de declaração aos quais não foram opostos embargos ou qualquer pedido de impugnação de cálculos.

Art. 6º. Ao Secretário de Finanças, ou pessoa designada, compete autuar, numerar e empenhar em sequência cronológica os precatórios e as requisições de pequeno valor.

Art. 7º. O Procurador do Município dará parecer conclusivo sobre a regularidade dos precatórios e das requisições de pequeno valor, apontando se foram esgotadas as vias recursais cabíveis.

Parágrafo Primeiro. Em razão do parecer, além do suprimento de peças essenciais à formação do precatório ou da requisição de pequeno valor, somente poderá haver correção de inexactidões materiais ou erro de cálculos.

Parágrafo Segundo. É defesa a discussão de questão judicial em sede de precatório ou de requisitório, em face de sua natureza administrativa.

Art. 8º. Compete ao Diretor do Departamento de Finanças providenciar os recursos necessários para a quitação dos débitos, na forma das disposições legais pertinentes.

Art. 9º. A atualização monetária do valor do precatório e da requisição de pequeno valor, a cargo do Secretário de Finanças, ou pessoa designada será efetuada tão somente por ocasião do pagamento.

Art. 10. Estando os recursos disponíveis para quitação dos precatórios e das requisições de pequeno valor, o Prefeito autorizará o pagamento mediante depósito judicial em favor dos requerentes ou seus sucessores, restando quando for o caso, o imposto de renda de que trata o art. 158 da Constituição Federal.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO TOCANTINS-TO
CNPJ: 25.063.983/0001-36

Art. 11. A presente Lei se aplica a todas as requisições de pequeno valor em tramite, pendentes de pagamento.

Art. 12. Fica vedada a expedição de precatório complementar ou suplementar de valor pago, bem como fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução.

Art. 13. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta das dotações do Orçamento do Município.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO, aos 03 dias do mês de MARÇO de 2017.


RONALDO RODRIGUES PARENTE
Prefeito Municipal de São Bento


Renato Rodrigues Parente
Secretario de Administração e Cultura